

PORTUGAL E A GRANDE GUERRA NA EUROPA

RESUMO DE DUAS TESES:

UMA ESTRATÉGIA NACIONAL E UMA FALÊNCIA MILITAR

LUÍS M. ALVES DE FRAGA
Coronel da Força Aérea

1. INTRODUÇÃO

Há já alguns anos que, debatendo-me sobre a problemática do anacronismo, me interrogava se era lícito discorrer e aplicar *agora* a um qualquer contexto histórico um conceito que nos é actual, mas que, admitimos, tenha tido existência no passado, embora dele, *então*, não houvesse completa consciência.

Depois de muito estudo comparativo e meditação, conclui que não se pode generalizar automaticamente, porque há conceitos que são de todos os tempos e outros que variaram com as alterações culturais que a marcha dos séculos vai gerando em todos os lugares. Está no primeiro caso o conceito de *estratégia*.

Realmente, mesmo desconhecendo quaisquer bases teóricas, o Homem sempre fez estratégia, isto é, sempre usou de estratagemas que visavam ludibriar, pelo menos temporariamente, o adversário para conseguir alcançar objectivos que já antes definira, negando-lhe idêntica atitude. Infere-se daqui que só há — houve — estratégia quando há — houve — conflito, isto é, quando o *outro* é olhado como *adversário*. É claro que a conflituosidade pode ser declarada ou encontrar-se incipientemente esboçada; tal facto não invalida a prática de uma estratégia. Poder-se-ia dizer, até, que nesta última circunstância o desenvolvimento do estratagema tenderia a ganhar contornos de maior subtilidade para evitar rupturas desnecessárias ou inconvenientes. Em suma, não há estratégia quando a relação é cooperante.

Há autores que restringem a estratégia ao estratagema político, económico, psicológico e militar, tendo como ponto de aplicação a guerra. Quanto a mim, parece-me excepcionalmente redutora esta posição, porque a delimita ao âmbito das unidades políticas e, neste caso, estaremos em face de uma estratégia especializada, ou seja, impede-se que o conceito tenha a universalidade e intemporalidade que lhe são próprias. Era como se alguém definisse, por exemplo, história como o relato dos acontecimentos políticos, económicos, psicológicos e militares, passa-

dos. Ora, por muito ampla que possa parecer esta delimitação a verdade é que reduz substancialmente o âmbito histórico; preferível seria dizer que a História é o relato do passado do Homem, deixando abertura para as especializações que possam ter havido, ou ainda venham a haver.

Só quando se compreende a estratégia como um conceito com um vasto leque de especializações é que se torna possível falar de uma *estratégia nacional* sem que com isso estejamos a limitá-la ao estratagema desenvolvido a partir do nível político nacional para ser aplicado *na guerra* ou como preparação *para a guerra*. Assim sendo, a *Estratégia Nacional* será o estratagema estudado, assumido e conduzido pelo *poder político nacional* para conseguir alcançar *objectivos nacionais* ou negá-los aos oponentes estrangeiros, em ambiente de conflito, tendo em vista o bem-estar e a segurança da população. Naturalmente que a execução e condução da *estratégia nacional* pressuporá a definição e desenvolvimento de outras estratégias que lhe estão subordinadas.

Colocando o *nacional* no vértice superior dos adjectivos que especializam o conceito *estratégia* criamos a possibilidade de o aplicar sem distorções anacrónicas aos poderes políticos que conduziram os destinos dos Estados, no passado, em ambientes de conflituosidade. É evidente que há, também, alguma acção redutora e simplificativa quando se atribui a um qualquer poder político de um Estado indefinido o estatuto de *nacional* por via de praticar uma *Estratégia Nacional*. É uma redução calculadamente assumida para possibilitar uma operacionalidade de pesquisa e compreensão que não afecta em excesso o resultado¹.

Deste modo, podemos partir para o estudo do passado buscando compreender melhor a História, em especial quando os factos passam pela existência de conflito ou de conflituosidade. Foi isso que fiz na minha dissertação² para a obtenção do grau de mestre em Estratégia, em 1991, ou seja, fui fazer um *estudo da situação* — conceito e instrumento próprio da Estratégia — vivendo o pretérito. No fundo, fiz História, desenvolvendo a metodologia do estrategista. Um tal

¹ Note-se que o conceito de *nacionalidade* é moderno e está associado ao de *nação*. Por outro lado, deve considerar-se, também, que nem todos os Estados são nações e que há nações que não têm Estado. A simplificação, que nasceu no século XVIII, em França, e que se espalhou pela Europa e depois pelo mundo, de ligar Estado e nação veio facilitar o tratamento das *unidades políticas organizadas* como um todo, quando, em rigor nem sempre o são.

² Intitula-se *Portugal e a Primeira Grande Guerra. Os objectivos políticos e o esboço da Estratégia Nacional. 1914 – 1916*, foi apresentada na Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, no ano de 1990 e defendida no dia 30 de Janeiro de 1991; encontra-se depositada (policopiada) na Biblioteca Nacional, na Biblioteca do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, na Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, na Biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa e na Biblioteca do Instituto de Defesa Nacional, para além de a ter oferecido a diversas entidades militares, docentes do ensino superior e pessoas amigas. Presentemente, encontra-se em fase de publicação.

caminho permitiu-me explicar mais completamente o passado, chegando a compreendê-lo melhor do que muitos daqueles que foram protagonistas na acção.

Esta via deu lugar àquilo que considero uma nova metodologia na investigação histórica a qual passa pela prévia determinação da existência de uma situação conflitual, pela identificação e pelo conhecimento das motivações dos actores, pela sua interacção e, finalmente, pelas *vantagens e desvantagens* por eles alcançadas.

Foi a utilização desta metodologia que me permitiu descobrir que houve entre 1914 e 1916 uma forte dependência e correlação entre a política interna e a política externa portuguesas. Por outras palavras, de Agosto de 1914 a Março de 1916, a beligerância, a neutralidade ou a ambiguidade no plano externo foram uma consequência da evolução dos acontecimentos internos que empolavam, mais ou menos, certos receios que sempre fizeram parte do imaginário conflitual português e, ao mesmo tempo, os diferentes estatutos na cena internacional justificaram todas as tomadas de posição que dentro das fronteiras se foram adoptando, quer pelo poder político, quer por todos os que se lhe opunham. E devo acrescentar, sem falsa modéstia, que esta foi a particularidade mais original da minha dissertação, porque, até à altura, os historiadores ou justificavam a beligerância portuguesa como consequência do plano político interno ou como resultado de uma dependência externa; perceber que se tratou de um sistema articulado foi a intenção que me animou logo desde o início da investigação e que deixei bem expresso no objectivo que defini no começo do meu trabalho³.

A metodologia que segui também me deu a oportunidade para compreender e explicar a existência de uma Estratégia Nacional no período em análise, dado que, ao identificar os diferentes cenários de conflituosidade e ao determinar como eles poderiam ser ultrapassados para garantir melhores condições de vida aos portugueses, negando vantagens aos adversários, provei que a luta política de Afonso Costa e dos *democráticos* resultava de uma clara e superior visão de estadista e não de uma mera e conveniente teimosia partidária. A beligerância, como provei, não foi um capricho, foi um objectivo de Estado.

Pretendo, ao escrever este ensaio, resumir e realçar os pontos fundamentais da dissertação de mestrado que redigi entre 1989 e 1990, ligando-os às grandes linhas orientadoras da dissertação de doutoramento em que estou a trabalhar.

³ Surge como objectivo a seguinte demonstração:

a) Que de 1914 a 1916 a existência de uma Estratégia Nacional em Portugal dependeu de o Poder político ter adoptado medidas que, em simultâneo, visavam, por um lado, controlar, conter, reduzir ou anular o conflito interno e, por outro, reduzir as ameaças externas;

b) Que as variações do objectivo político, no mesmo período de tempo, foram mais consequência da percepção da necessidade de interligar as ameaças à existência do regime republicano com as que poderiam afectar a liberdade, a segurança e a soberania de Portugal do que das alterações havidas ao nível dos titulares do Poder político.

II. DA AMBIGUIDADE À BELIGERÂNCIA

Não vou, como já disse, descrever aqui em pormenor a minha dissertação de mestrado, mas procurarei identificar a linha mais fortemente condutora de todo o trabalho. Vejamos.

Conhecedor, através de uma investigação cautelosa e criteriosa (que me ocupou exaustiva e consecutivamente durante vinte e quatro meses) dos factos, das opiniões dos intervenientes políticos mais destacados, das críticas dos comentadores mais atentos e das motivações confessadas, tornou-se-me possível delinear aquilo que designei por *quadro conflitual* que mais não era do que o *ponto da situação* se se tratasse de um estudo estratégico actual. Esse levantamento, ao contrário de se centrar na procura da Estratégia Nacional, orientou-se, em cada momento, para a identificação do *objectivo político* prosseguido por cada Governo ao longo do período em análise. Este reconhecimento seguiu uma metodologia que assentou na articulação do *quadro conflitual*, ou seja, das tensões existentes entre os diversos protagonistas da acção — interna e externa — com as medidas adoptadas pelos responsáveis políticos; há sempre uma relação lógica de causa-efeito que nos conduz ao *objectivo político*, na medida em que este traduz a *intenção* do poder político face à adversidade situacional. Evidentemente que a qualquer variação do *quadro conflitual* há-de corresponder uma variação do *objectivo político*, donde, é possível o mesmo Governo prosseguir objectivos distintos em momentos diferentes. Essas variações constituem, em determinadas circunstâncias, afinal, a *Estratégia Nacional* desenvolvida, porque mais não são do que as *respostas* — dadas através das medidas adoptadas — às alterações do contorno conflitual. Assim, a identificação da *Estratégia Nacional* só a fiz quando conheci todos os *objectivos políticos* prosseguidos pelo poder político ao longo do período

Em face do que acabo de expor compreende-se que está errado admitir-se que não houve uma *Estratégia Nacional* durante o espaço que medeia entre Agosto de 1914 a Março de 1916 porque esta é indissociável da situação conflitual e das medidas adoptadas pelo poder político — que encontram a sua síntese no *objectivo político* — ou, dito doutra maneira, esta é a *resposta* ao *quadro conflitual*.

II.1. Os objectivos políticos

Quando no início da minha dissertação assumi que tinha de determinar os *objectivos políticos* comecei por traçar o *quadro conflitual* e defini quatro grandes temáticas que o delimitavam: no plano interno, os monárquicos e os republicanos⁴; no plano externo, a posição da Espanha face aos monárquicos ali exilados e a problemática colonial⁵. Dentro do *quadro conflitual* fiz a avaliação cronológica, começando pela posição do poder político logo no início da

⁴ Na dissertação dei, também, alguma importância ao movimento sindical, mas, diga-se em abono da verdade, este fragmento social, embora muito activo, não me prendeu a atenção porque, na realidade, na época, não tinha capacidade de intervenção capaz de modificar as posições governamentais.

⁵ Neste capítulo é necessário não esquecer que havia pouco mais de uma dúzia de anos a Alemanha havia negociado secretamente com a Grã-Bretanha a partilha das principais colónias africanas de Portugal.

guerra e o que dela resultou, passando, depois, para as alterações que se seguiram em função das requisições feitas pela Grã-Bretanha a Portugal, acabando por analisar o pedido de armamento apresentado pela França. Em cada uma destas variações ia determinando as variações do *objectivo político*. Na verdade, em termos de objectivo, houve uma grande diferença entre a adopção de uma *neutralidade ambígua*, logo no começo a guerra, e, três meses depois, aceitar mandar uma *Divisão Auxiliar* para França; essa diferença não se traduz sempre pela manutenção nem do mesmo objectivo, nem, até, do mesmo Governo no Poder. A cada nova situação corresponde uma nova disposição do Governo.

O *quadro conflitual* modificou-se quando a oposição à beligerância portuguesa parte do próprio Presidente da República — que era, afinal, um republicano moderado e conservador em consonância de ideais com aqueles que se opunham à entrada de Portugal na guerra na Europa — e, num golpe palaciano, consegue nomear o General Pimenta de Castro para presidir ao Governo com a clara intenção de estancar os preparativos intervencionistas. Na época, enfatizou-se que este Governo era marcadamente ditatorial, contudo, uma das conclusões a que cheguei é que este período foi caracterizado por uma *ditadura bicéfala*, já que Manuel de Arriaga deu toda a cobertura ao Presidente do Ministério que tinha escolhido. O *objectivo político* teve, durante o Governo Pimenta de Castro, de ser diferente dos anteriores e só veio a modificar-se quando, na sequência da revolução de 14 de Maio de 1915, se deu a total alteração dos poderes dirigentes do País.

Os Governos José de Castro e, depois, o chefiado por Afonso Costa, de Maio de 1915 a Março de 1916, orientaram-se claramente para a beligerância, estabelecendo a consonância e articulação das políticas nos vários Ministérios de modo a conseguir que o pedido de ajuda formulado em 1914 pela Grã-Bretanha fosse retomado, tal como veio a acontecer em Fevereiro, dada a carência absoluta de navios na Inglaterra.

Ressalta evidente — embora eu não o tenha relevado suficientemente — que, a par do *objectivo político* traçado por cada Governo, havia um *objectivo partidário* prosseguido pelos partidos republicanos e que o do *Partido Democrático* (PRP) foi aquele que mais coincidiu com o *objectivo político* que pôs em execução quando governou. Aliás, na dissertação, não me esquivo a considerar que Afonso Costa, o chefe do *Partido Democrático*, era, na altura e segundo a minha opinião, o único político português que tinha uma verdadeira *visão de Estado* ou, por outras palavras, que era o único estadista nacional. Fundamento essa ousada e polémica afirmação no facto de ser ele, de entre o leque dos chefes políticos de então, o único que conseguia ter uma visão integrada e autónoma da *manobra política* e, por consequência, das vantagens e desvantagens de certas acções que deveriam, ou não, ser prosseguidas.

Depois de ter identificado as variações do *objectivo político*, com base nos factos, res-tou-me identificar as diversas fases da *Estratégia Nacional*.

II.2. Detecção da Estratégia Nacional

Do estudo da evolução do *quadro conflitual* e da correspondência com o *objectivo político* foi-me possível detectar e identificar quatro fases da *Estratégia Nacional*, ou, melhor dizen-

do, as fases em que se esboçou a possibilidade de ela existir e aquela em que se concretizou efetivamente.

Porque parece-me de todo o interesse vou passar a pormenorizar, tal como o fiz na dissertação, as fases e subfases:

a) 1.^a fase, 1.^a subfase (meses de Agosto e Setembro de 1914): «não se definiu uma Estratégia Nacional consonante com os acontecimentos, porque foram estes que determinaram a actuação do Governo, em vez de, simplesmente, a condicionarem.»⁶

b) 1.^a fase, 2.^a subfase (meses de Outubro de 1914 a Janeiro de 1915): «houve uma Estratégia Nacional mal definida, porque não se estavam a desenvolver, nem a utilizar harmonicamente, os recursos morais e materiais da nação, com vista a superar as ameaças que pairavam sobre Portugal.»⁷

c) 2.^a fase (meses de Janeiro a Maio de 1915): regressou-se «à situação de ausência de uma Estratégia Nacional, porque o Governo aparentemente anulou a existência de ameaças externas e, internamente, aceitou a colaboração de sectores que procuravam o derrube do regime político vigente. O conjunto das duas acções conduziu o Poder político à incapacidade de desenvolver e utilizar os recursos materiais para superar ameaças que anulou.»⁸

d) 3.^a fase (meses de Maio a Novembro de 1915): «a Estratégia Nacional entrou em fase de definição através da utilização e desenvolvimento harmonioso dos recursos morais e materiais da nação, com vista a superar duas ameaças bem identificadas — anexação à Espanha e perda

⁶ Tratava-se do Gabinete chefiado por Bernardino Machado que se subordinou completamente à vontade manifestada por Londres e que levou à declaração ambígua de não beligerância e não neutralidade.

⁷ Foi o período dos Governos de Bernardino Machado — fase final — e de Azevedo Coutinho, durante os quais se receberam alguns pedidos britânicos incompatíveis com uma verdadeira neutralidade e o pedido francês de cedência de armamento. Neste particular aspecto, chamo, na dissertação, a atenção dos leitores para o possível protagonismo de João Chagas na definição do estatuto português. Com efeito, parece-me que o Ministro em França terá sido, em grande parte, responsável pelo pedido de Bordéus. A confirmação desta suspeita poder-se-á encontrar entre a documentação francesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou nos documentos da Legação Francesa em Lisboa. É um tema a pedir uma investigação mais cuidada e mais orientada.

⁸ Corresponde ao Governo do General Pimenta de Castro e à primeira tentativa ditatorial no regime republicano. Mais grave do que a desmobilização do pequeno esforço que já se tinha desenvolvido para enviar uma Divisão para França, é, em meu entender, a abertura que se fez aos monárquicos que, de imediato, começaram a conspirar contra a República. Este facto ia fragilizar o mal consolidado regime republicano e abria as portas a uma intervenção espanhola, à possibilidade de perda das colónias de África por falta de apoio militar metropolitano ou, até, à possibilidade de terceiros negociarem a evolução da guerra à custa do património português. Os monárquicos, na ânsia de vingança e recuperação das instituições, eram capazes de verdadeiros atentados aos valores que diziam defender. Aqui devo fazer justiça ao ex-Rei D. Manuel II que entre o trono e Portugal pugnou sempre pela sobrevivência do segundo independentemente do regime político adoptado; nessa dimensão o último monarca foi um patriota e um Português.

das colónias por acção militar directa da Alemanha sobre Moçambique — e outra de contornos vagos — a paz internacional à custa de Portugal.»⁹

e) 4.^a fase (meses de Dezembro de 1915 a Março de 1916): «a Estratégia Nacional atingiu a sua plena definição, porque se identificou, sem margem para dúvidas, o objectivo político mais conveniente aos objectivos nacionais — a beligerância; porque se utilizaram e desenvolveram harmonicamente tanto os recursos materiais como morais da nação em consonância com os objectivos políticos e nacionais, tendo em vista a superação ou anulação plena das ameaças externas reais e potenciais contra Portugal e a limitação das ameaças internas contra o regime republicano.»¹⁰

Depois desta transcrição fica perceptível, julgo, a veracidade científica de um trabalho exaustivo que, tendo sido na origem eminentemente do âmbito da Estratégia, acabou por tornar-se em labor histórico, porque veio explicar melhor os acontecimentos; deu-lhes uma perspectiva que nem aqueles que os haviam protagonizado teriam sido capazes, na altura, de a conseguir.

III. FRENTE AO INIMIGO, EM FRANÇA

Após ter concluído o mestrado em Estratégia tornou-se-me impossível avançar de imediato para o doutoramento e só há cerca de três anos reuni as condições pessoais para poder equacionar tal empreendimento. Nessa altura tive de fazer uma série de opções, nomeadamente, quanto à área científica, e quanto ao tema da dissertação. Decidi-me pela História Contemporânea e pela participação militar de Portugal no teatro europeu, na 1.^a Guerra Mundial.

Tendo ganho a experiência metodológica na dissertação de mestrado parecia evidente que desse continuidade ao estudo da situação nacional no tocante à política interna e externa no período subsequente, passando, agora, aos anos de 1916 a 1918. Todavia, embora tratando-se de um tempo complexo, particularmente no que respeita ao período sidonista, não é nem demasiado novo, nem demasiado original; assim, optei por uma dissertação que fosse assumidamente virada para a questão militar, porque, neste domínio, que já é meu velho conhecido — remexo os arquivos do Corpo Expedicionário Português, no Arquivo Histórico Militar, desde 1982 — não há trabalhos recentes de grande fôlego (o mais «moderno» e único, deve-se ao General Luís Augusto Ferreira Martins e foi dado à estampa na década de 30, ou seja, há mais de sessenta anos!).

Pela abrangência que pretendo imprimir à dissertação vi-me obrigado a esmiuçar o conteúdo das 1.550 caixas que compõem o arquivo do Corpo Expedicionário Português (CEP). É

⁹ Neste período houve dois Ministérios chefiados por José de Castro. Embora se pretendesse que o primeiro Gabinete era composto por elementos não afectos aos *Democráticos* o certo é que estavam em sintonia com os seus pontos de vista.

¹⁰ Corresponde ao Governo chefiado por Afonso Costa e à grande viragem da política nacional rumo à beligerância. Sobre a evolução diplomática e a necessidade de mudança de estatuto aconselho a leitura, independentemente da dissertação, de um outro trabalho meu intitulado *Portugal na Grande Guerra. Razões económicas de beligerância*, Lisboa, Sep. *Revista Militar*, 1985, 53 pp.

um trabalho ciclópico que já ultrapassou a primeira metade. Não tenciono repetir a história do CEP¹¹, mesmo que olhada, agora, à luz de novas interpretações; interessará, nesta altura, olhar mais para aspectos sociais, sócio-militares, organizativos, éticos, disciplinares, sanitários, de chefia e liderança, entre outros.

As grandes balizas que separarão toda a análise serão, por um lado, a situação sócio-política interna que determinou mutações de toda a ordem na frente, em França; por outro, a Batalha de La Lys que foi um marco na conduta do esforço militar português; por fim, o final do Verão de 1918 que, na Flandres, e numa perspectiva militar, foi o prenúncio da grande viragem política que, em Portugal, ocorreu em Dezembro.

Se é certo que, do ponto de vista da pesquisa documental, a minha maior fonte é o Arquivo Histórico Militar¹², não é menos verdade que na Biblioteca daquele estabelecimento encontrarei uma excelente base bibliográfica que será complementada com o acervo da Biblioteca Nacional, da Biblioteca do Estado-Maior do Exército, da Biblioteca da Academia Militar, da Biblioteca da Direcção da Arma de Artilharia, da Revista Militar e com o da Biblioteca do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Evidentemente que depois de terminada toda a fase de investigação, a conclusão só pode apontar para uma comparação entre o esforço político condutor de Portugal à beligerância, e que identifiquei na dissertação de mestrado, e a falência militar que, na verdade, se verificou nos campos da Flandres francesa onde combateram as tropas do CEP. Por outras palavras, houve um claro desfasamento entre o desenvolvimento político que conduziu à Estratégia Nacional que visou superar ou conter as ameaças internas e externas existentes em Portugal entre 1914 e 1916 e o desenvolvimento militar, entre 1917 e 1918, que, esperava-se, levaria ao êxito dessa mesma estratégia. A culpa não foi só dos efectivos empenhados em França. A culpa resulta da relação de desentendimento entre o Exército e o Poder Político e entre este e aquele — porque, tratou-se de um relacionamento biunívoco. Esse relacionamento conflitual vai fazer parte de uma análise profunda que será explorada por mim na dissertação de doutoramento.

Portela de Sacavém, Junho de 1999

¹¹ Nesse domínio iria acrescentar pouco mais ao que já foi dito pelo General Ferreira Martins, especialmente porque a participação portuguesa fez-se quando as operações militares eram perfeitamente estáticas. Esse facto leva a que não haja lugar a interpretações diferentes das que já foram tiradas; todavia, exactamente como consequência desta situação é que o estudo do CEP se torna rico noutros domínios que são característicos de uma situação táctica que se assemelha às velhas guerras de sítio tão peculiares até à Idade Moderna.

¹² Tenho de realçar as imensas facilidades que me têm sido dadas pelo Director, meu velho amigo e camarada TCor. Aniceto Afonso, destacado historiador militar, e não posso esquecer a colaboração de todos os funcionários do AHM, militares ou civis, desde os mais modestos até aos mais destacados, sendo da mais elementar justiça individualizar o Senhor Beijoca pela sua sempre disponível competência e simpatia.